Tribuna Parlamentar
INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO
ANO XIV – Nº 132 – SETEMBRO DE 2014

Especialistas apontam ações do Governo para os próximos 4 anos

De forma geral, Pernambuco pode comemorar os números positivos em relação à economia estadual, de acordo com especialistas na área. O Estado, que possui 185 municípios, vem mantendo uma tendência de crescimento acima da média nacional. Com a mudança de Governo e os novos integrantes do Parlamento Estadual, há uma expectativa dos eleitores, que escolhem seus representantes em outubro, sobre a implantação de políticas públicas que ampliem essas conquistas. O *Tribuna Parlamentar* ouviu economistas, educadores e pesquisadores para saber o que deve ser feito no Estado, nos próximos quatro anos, nas principais áreas, para que o crescimento avance.

PÁGINAS 4 e 5

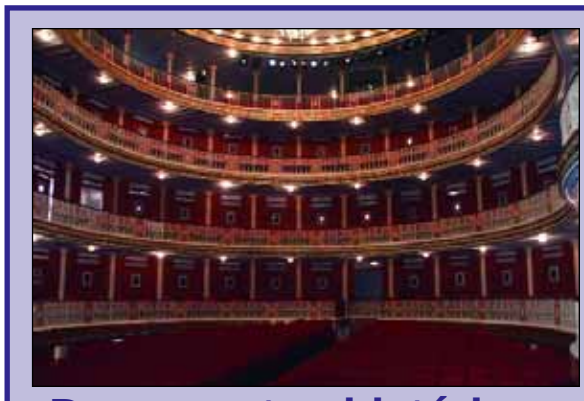
FOTO: RINALDO MARQUES

Alepe entrega Medalha Leão do Norte

Página 3

Comissão debate alienação parental

Página 6



Documentos históricos sobre Teatro Sta. Isabel

Página 8

NACIONAL

SESSENTA E QUATRO ANOS DA MORTE DE VARGAS

"*Saio da vida para entrar na História*". Com essas palavras, Getúlio Vargas encerrava a Carta Testamento, escrita antes de sua morte, no dia 24 de agosto de 1954. Depois de cometer suicídio atirando contra o próprio peito, o ex-presidente do Brasil faleceu no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, então capital da República. Em 2014, a morte de uma das figuras mais emblemáticas da história do país completa 60 anos.

No momento do suicídio, o Governo Federal enfrentava muitas denúncias de corrupção. Depois de ganhar as eleições de 50, o gaúcho governaria o País por mais cinco anos, mas não tinha uma bancada majoritária no Congresso Nacional que amparasse suas determinações. Isso trouxe os primeiros obstáculos. Entretanto, o estopim para o suicídio ocorreu no dia 05 de agosto, quando o major da Aeronáutica Rubens Vaz foi assassinado num atentado contra o jornalista Carlos Lacerda. O mandante do crime era o chefe da guarda pessoal do presidente, Gregório Fortunato. Esse episódio foi decisivo para que a campanha contra Vargas crescesse no Brasil.

Para o professor de história da UFPE, Luciano Cerqueira (68), Vargas não tinha grandes destaques em lideranças regionais, mas era visto pela população em geral como um grande inovador da política brasileira. "Getúlio possuía um tônico nacionalista voltado aos trabalhadores, por isso caiu no gosto popular". Sobre a relação do ex-presidente com Pernambuco, Luciano destaca os grandes interventores do Governo do Estado naquela época. "Em Pernambuco, Getúlio Vargas contou com apoio de Carlos de Lima Cavalcanti para articular o movimento armado que derrubaria o então presidente Washington Luís. Quando a constituição de 1934 foi promulgada, Vargas convidou Agamenon Magalhães para ser Ministro da Justiça", lembrou. Na Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico da Alepe existem atas de sessões ordinárias de agosto de 1954, em que foram citados o lamento e a comoção em torno do falecimento do ex-presidente.

REPRODUÇÃO

Vargas nomeou Agamenon ministro da Justiça em 1934

Durante seu governo, Vargas criou a Justiça do Trabalho (1939), instituiu o salário mínimo e implantou leis trabalhistas como a carteira profissional, semana de trabalho de 48 horas e férias remuneradas. O ex-presidente também foi responsável pela criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

RECONHECIMENTO

PRESIDENTE DA ALEPE RECEBE TÍTULO DE CIDADÃO DO RECIFE

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), agora é cidadão recifense. O parlamentar recebeu, no final de agosto, o Título de Cidadão do Recife, na Casa de José Mariano. A honraria é dedicada a pessoas não naturais da cidade que contribuíram direta e indiretamente para o seu crescimento.

Durante a cerimônia, o vereador Eduardo Marques (PTB), autor da proposta, lembrou a trajetória do homenageado, destacando a dedicação do presidente da Alepe na defesa do direito das pessoas desamparadas. "Todos os vereadores do Recife reconhecem nele um homem com muitos serviços prestados não só ao Estado, mas ao Recife", disse.

Ao agradecer a homenagem, Uchoa lembrou que a capital pernambucana tem um significado importante na sua vida. "Toda minha vida começou no Recife e, em especial, nessa redondeza próxima à Casa de José Mariano. Fui estudante da Faculdade de Direito, escrivão na Rua da Aurora e aluno do Colégio Ginásio Pernambucano", explicou.

O governador de Pernambuco, João Lyra Neto (PSB), prestigiou a solenidade e disse que "o Estado deve muito à atuação do deputado". O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Frederico Neves, destacou os 20 anos de serviços prestados ao Estado por Uchoa. A cerimônia também contou com a presença de desembargadores do TJPE, familiares, políticos e amigos do homenageado.

RINALDO MARQUES

Diploma foi entregue a Guilherme Uchoa pelos vereadores Vicente André Gomes e Eduardo Marques

Natural de Timbaúba, Zona da Mata Norte, Uchoa, 67 anos, está no quinto mandato no Parlamento Estadual e é presidente da Alepe desde 2007. Ao longo de sua trajetória, também recebeu títulos de cidadão de Olinda, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma, Caruaru, Riacho das Almas, São Joaquim do Monte e Agrestina.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Marcantônio Dourado; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins Filho; **3º Secretário**, Deputado Sebastião Oliveira Júnior; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros. **Superintendente de Comunicação Social:** Margot Dourado. **Chefe do Departamento de Imprensa**: Marconi Glauco. **Editor:** Marconi Glauco. **Revisão:** Marconi Glauco e Margot Dourado. **Repórteres:** Anselmo Monteiro, Fernandino Neto, Fellipe Marques, Mirella Lemos, Renata Varjal, Sandra Salisvânia, Verônica Barros e Yanna Araújo. **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** Jarbas Araújo, João Bita. Rinaldo Marques e Williams Aguiar (estagiário). **Tratamento de Imagem:** Lucas Neves. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax: 3183-2107. PABX: 3183.2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *assistenciadecomunicacao@alepe.pe.gov.br* — *www.twitter.com/alepeoficial* — *www.facebook.com/assembleiape*

ATIVIDADE PARLAMENTAR

MEDALHA LEÃO DO NORTE 2014 - AGRACIADOS

FOTOS: JARBAS ARAÚJO

MONGE MARCELO BARROS

Coordenador para a América Latina da Associação Ecumênica dos Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo (Asett), o monge e escritor Marcelo Barros é autor de mais de 30 livros e criador do conceito da Teologia da Terra, referente ao engajamento político da Igreja Católica contra as desigualdades no campo. A medalha foi sugerida pelo deputado Daniel Coelho (PSDB).

CACIQUE MARCOS XUKURU

O cacique Marcos Xukuru é considerado um dos nomes mais importantes do País na luta pelos direitos indígenas.
Ele integra a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), atuando como interlocutor das tribos do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. A homenagem foi proposta pelo deputado Isaltino Nascimento (PSB).

INSTITUTO RICARDO BRENNAND

O deputado Tony Gel (PMDB) propôs a entrega da medalha do Mérito Cultural Gilberto Freyre ao Instituto Ricardo Brennand (IRB). Localizado no bairro da Várzea, o IRB foi idealizado pelo engenheiro e colecionador de arte Ricardo Brennand. O local possui a maior coleção privada do mundo de telas do pintor holandês Frans Post e uma biblioteca com cerca de 60 mil itens raros sobre o Brasil Holandês.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ENTREGA MEDALHA LEÃO DO NORTE 2014

Duas personalidades e uma instituição receberam, a Medalha Leão do Norte Classe Ouro da Assembleia Legislativa, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol do crescimento de Pernambuco. A comenda, que traz a expressão Leão do Norte para identificar o valor e a determinação histórica dos bravos pernambucanos, foi concedida durante Reunião Solene. Além da honraria, os agraciados receberam um diploma e uma escultura em barro feita pelo artesão Manoel Gomes da Silva, de Tracunhaém.

O presidente da Assembleia, deputado Guilherme Uchoa (PDT) conduziu a cerimônia. "Parabenizo os homenageados pelos feitos e conquistas durante suas trajetórias, o que motivou o reconhecimento do Poder Legislativo Estadual e da sociedade pernambucana", discursou.

Na solenidade, foram conferidas medalhas em três méritos. O deputado Tony Gel (PMDB) indicou o Instituto Ricardo Brennand como Mérito Cultural Gilberto Freyre. O centro cultural foi construído, em 2002, pelo empresário e colecionador Ricardo Brennand, na Várzea, no Recife, e colocou a capital pernambucana em destaque nacional e internacional.

O instituto reúne grande acervo de pinturas e esculturas, além de ter a maior coleção privada do mundo de obras do pintor holandês Frans Post, datadas do século 17. "É com muita alegria que recebo a homenagem, resultado de uma iniciativa que criei com muita humildade para que seja usufruída pelo máximo de pessoas possível", destacou Ricardo Brennand.

O deputado Isaltino Nascimento (PSB) propôs o Mérito Direitos Humanos Herbert de Souza ao cacique Marcos Xukuru, em apoio à luta do pernambucano de Pesqueira em defesa da sua gente e de outras etnias. O cacique denunciou à Organização dos Estados Americanos (OEA) as ameaças, os atentados, os assassinatos e as perseguições que atingem as comunidades indígenas do Brasil. "Estendo essa honraria a todos os líderes indígenas do País, que, como eu, lutam em defesa dos direitos de suas etnias", salientou.

Por proposição do deputado Daniel Coelho (PSDB), o Mérito Educacional Paulo Freire foi para o autor do conceito da Teologia da Terra e defensor da ação política pela Igreja Católica, o monge beneditino Marcelo Barros. O homenageado é autor de mais de 30 livros resultantes de uma liderança cristã dedicada à justiça social.

O religioso coordena, na América Latina, a Associação Ecumênica dos Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo. Marcelo Barros discursou em nome dos agraciados. "Além de ser uma honra, receber a medalha é um indicativo da responsabilidade que temos e devemos manter para com as causas que abraçamos", frisou.

Quando se referiu à luta dos povos indígenas, foi muito aplaudido por integrantes da tribo Xukuru, presentes nas galerias do Plenário. Encerrou seu discurso, citando o teólogo, pedagogo e escritor Rubem Alves: "Educar é mais difícil que ensinar. Para ensinar, é preciso saber. Para educar, é preciso ser".

A reunião solene contou ainda com apresentações do Quinteto da Orquestra Criança Cidadã, que tocou os hinos Nacional e de Pernambuco e a música Leão do Norte, do cantor e compositor pernambucano Lenine.

CLASSE OURO

Cunhada em bronze e na cor de ouro, a **MEDALHA LEÃO DO NORTE CLASSE OURO** representa o reconhecimento do Parlamento Estadual à contribuição de personalidades e instituições para o desenvolvimento de Pernambuco. Anualmente, a Casa reverencia pessoas físicas ou jurídicas que se destacam nas suas áreas de atuação concedendo a comenda em até 11 méritos. A medalha contém o desenho em alto relevo do Palácio Joaquim Nabuco numa das faces e, na outra, a imagem da personalidade que dá nome ao mérito.
A do **MÉRITO CULTURAL GILBERTO FREYRE** tem a imagem do sociólogo, antropólogo e escritor pernambucano; a do **MÉRITO EDUCACIONAL PAULO FREIRE**, o rosto do educador que criou um método de alfabetização de adultos com base no contexto social e político; e a do **MÉRITO DIREITOS HUMANOS HERBERT DE SOUZA**, o retrato do sociólogo mineiro criador da campanha contra a fome. Além da medalha, os agraciados receberam um diploma.

ELEIÇÕES 2014

ELEITOS TERÃO MISSÃO DE MAN

Toda eleição cria uma expectativa diferente para o cidadão: as mudanças que podem, ou não, beneficiar a sociedade. Em Pernambuco, por exemplo, muitos se perguntam se o futuro governador - eleito em 5 de outubro - tem a real dimensão de como se encontram as áreas de saúde, educação, segurança e economia - apenas para citar as mais importantes. O conhecimento aprofundado de dados sobre esses setores é de fundamental importância para uma boa gestão pública.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Pernambuco é o sétimo Estado mais populoso do Brasil. Seus quase oito milhões e 800 mil habitantes correspondem a 4,6% da população nacional. O Estado, que possui 185 municípios, vem apresentando indicadores econômicos que o posicionam entre os maiores centros de desenvolvimento do País, mantendo uma tendência de crescimento acima da média nacional.

O crescimento vem de resultado dos setores da indústria, serviços, comércio, construção civil, tecnologia e educação. O aquecimento da economia traz reflexos positivos e outros nem tanto: novos empregos foram criados, em contrapartida, o preço dos imóveis disparou.

De forma geral, o Estado pode comemorar os números positivos em relação à economia estadual, de acordo com especialistas na área. "Nos últimos dez anos, Pernambuco recebeu investimentos muito significativos, sobretudo no setor industrial: nas áreas de petróleo e gás, a Refinaria Abreu e Lima; na área automotiva, a Fiat", ressaltou a economista Tânia Bacelar. Ela acrescentou que o Estado também possui muito potencial para a chamada economia criativa. "É a economia do século 21. O Porto Digital é o nosso maior exemplo", destacou Bacelar.

A área de educação contou, nos últimos anos, com a criação de programas de incentivo para os alunos, que, entre outras coisas, refletiram no aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Para a doutora em educação, Silke Weber, no entanto, o crescimento do setor é lento. Segundo ela, para haver uma mudança significativa, é preciso oferecer melhores condições de trabalho aos profissionais do setor. "Melhores condições de salário não significam apenas reajuste de salário. Significa número de alunos por sala de aula, apoio pedagógico das escolas, todo o equipamento escolar e a própria rede de relações da escola", afirmou Weber.

A área de segurança pública tem se mostrado um grande desafio para os gestores. O Estado, que chegou a ser considerado o mais perigoso do País, está hoje em décimo lugar do ranking como o mais violento em número de homicídios. De acordo com o pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Armando Nascimento, o próximo governador deve investir em tecnologia, gestão de segurança e, principalmente, na motivação dos profissionais da área. "Na última greve da categoria, ficou comprovado que a Policia Militar é a polícia mais importante para que você tenha prevenção. Precisamos criar políticas de motivação a esses profissionais para garantir a segurança da população", ressaltou.

O setor de saúde traz uma discussão antiga a respeito da necessidade de novos leitos, hospitais e unidades de atendimento emergencial, com o objetivo de diminuir a sobrecarga dos grandes centros hospitalares. Segundo o presidente do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe), Silvio Rodrigues, a população conta, atualmente, com novas instalações; mas, no Agreste e Sertão do Estado, a demanda não foi atendida, principalmente na área materno-infantil. "Nos municípios do Interior, a atenção básica e a formação do profissional médico de saúde da família, é extremamente precária. Isso faz com que a grande maioria dos profissionais migrem para a capital", informou o presidente do Cremepe.

Os resultados mostram que, nos próximos quatro anos, não está em jogo apenas o desempenho do governador vitorioso nas urnas. As decisões que saem do Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo estadual, repercutem na vida de toda a população. Por isso é tão importante acompanhar os avanços e também os problemas em cada área. É nas ruas, na vida do dia a dia, que os resultados aparecem.

É importante ressaltar que todas essas decisões do próximo governo estadual passam, necessariamente, pela análise e a aprovação ou não dos parlamentares estaduais que serão eleitos e reeleitos no pleito de 5 de outubro.

NTER CRESCIMENTO DO ESTADO

RINALDO MARQUES

Expectativa dos eleitores que escolheram seus representantes para os próximos quatro anos, tanto para o Governo do Estado como para a Assembleia Legislativa, é de que ocorram avanços significativos para a população que reside em Pernambuco, principalmente nas áreas financeira e de saúde, educação e segurança

Estudantes do Parlamento Jovem Brasileiro visitam a Alepe

Os quatro estudantes pernambucanos selecionados para participar do programa Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), em Brasília, foram recebidos pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa. A deputada Laura Gomes (PSB), presidente do colegiado, apresentou o grupo durante pronunciamento no Plenário da Casa Joaquim Nabuco.

A parlamentar informou que os estudantes, todos da rede pública, representaram o Estado na Capital Federal, entre os dias 21 e 26 de setembro, durante a 11ª edição do PJB. O programa é uma oportunidade para que jovens cidadãos brasileiros possam conhecer e experimentar a jornada de trabalho dos deputados federais.

A iniciativa da Câmara dos Deputados reuniu 78 estudantes de todo o País. Pernambuco teve a terceira maior participação nacional, com registro de 256 projetos. De acordo com Laura Gomes, um projeto nacional desse porte contribui para fortalecer os vínculos da juventude com a democracia. "Pensar projetos para melhorar a sociedade e conhecer de perto os lugares de debate daquilo que interessa à população é estimulante. Certamente estes jovens vão perceber a importância de se consolidar a democracia. E que vale a pena sonhar e trabalhar para construir um mundo melhor", destacou.

Três dos estudantes selecionados em Pernambuco são do Agreste Meridional e um, do Recife. Adeílson Alves da Silva, 16 anos, estuda na Escola Jornalista Manuel Amaral, em Lajedo; Lucas Ferreira de Melo, 18, é aluno da Escola de Referência no Ensino Médio (Erem) de Garanhuns; e Míriam de França Conceição, 16, estuda no Erem de Correntes. Completa o grupo a estudante do Colégio de Aplicação da UFPE Manuella Valença Correia, 16 anos. Os quatro pernambucanos receberam um exemplar do Manual do Deputado, além de camisa e caneta com as logomarcas da Alepe.

De acordo com a superintendente regional de Projetos Especiais da Secretaria Estadual de Educação, Ana Maia, a participação dos estudantes pernambucanos é marcada pela qualidade das propostas. Os quatro alunos selecionados fizeram projetos ligados à educação, incentivo à ciência e tecnologia e criação de um pronto socorro veterinário nacional nos moldes das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

JOÃO BITA

Os 4 estudantes pernambucanos foram recebidos pelas deputadas Laura Gomes, Raquel Lyra, Mary Gouveia e Teresa Leitão

ATIVIDADE PARLAMENTAR

AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE ALIENAÇÃO PARENTAL

Políticas públicas de orientação e educação sobre a Síndrome de Alienação Parental foram debatidas em audiência pública realizada pela Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa, por solicitação do deputado Zé Maurício (PP). O parlamentar, que presidiu o evento, atendeu ao pedido de João Passos Júnior, coordenador no Estado da ONG Associação Brasileira da Criança Feliz.

Coligada à Associação Portuguesa de Igualdade Parental, a entidade brasileira congrega diversos profissionais e desenvolve, desde 2008, campanha de esclarecimento e combate ao problema.

A Lei Federal 12.318/2010 classifica como alienação parental a situação em que o pai, a mãe ou o responsável pela criança ou adolescente a induz a romper laços afetivos com outro familiar, ocasionando interferência em sua formação psicológica.

No fim do encontro, foram defendidas a realização de uma grande campanha de esclarecimento sobre a síndrome e a criação de uma comissão, no âmbito do Estado, visando instituir um centro de atendimento às famílias, com psicólogo, assistente social e advogado.

O presidente em exercício da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado Sérgio Leite (PT), também sugeriu que fosse realizado estudo para se criar lei estadual, a fim de atribuir responsabilidade a entes públicos na assistência e combate à síndrome. "Apesar de a prática ser antiga, somente com a edição da norma federal, ficamos sabendo que o ato de utilizar o filho para atingir um dos pais se trata de uma doença, muita gente não sabe o que está praticando nem do que está sendo alvo", observou Leite.

WILLIAMS AGUIAR

Comissão de Cidadania atendeu solicitação da Associação Brasileira da Criança Feliz, que combate o problema desde 2008

O deputado lembrou que a Alepe aprovou, no ano passado, lei instituindo a Semana Estadual de Conscientização sobre a Alienação Parental, comemorada, anualmente, na última semana do mês de abril. "É uma semana de reflexão, com debates, seminários e distribuição de panfletos, além de outras ações", acrescentou.

Para Zé Maurício, a alienação parental fere o direito fundamental das crianças e adolescentes de conviver com a família de forma saudável. "Prejudica o afeto nas relações com os genitores e com o grupo familiar, constitui abuso moral e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrente de tutela ou guarda", avaliou.

De acordo com João Passos, os casos são muito mais comuns do que se imagina. "Estima-se que em 80% das separações de pais ocorra a alienação", frisou. Ele também chamou atenção para o papel das escolas e dos profissionais na apuração de falsas denúncias de abuso sexual. "É comum as escolas atenderem ao pedido do genitor que está com a guarda do filho e não darem informação sobre como a criança está na unidade educacional", lamentou, ressaltando a importância do centro.

Também participaram do evento o diretor-executivo do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), Rodrigo Deodato; a professora de Direitos Humanos da Faculdade Boa Viagem (FBV) Maria Lúcia Barbosa; e a presidente da Comissão de Apoio à Diversidade Sexual e Combate à Homofobia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), Luciana Brasileiro.

INCLUSÃO

PROJETO PREVÊ ACESSIBILIDADE DIGITAL PARA DEFICIENTE VISUAL

JOÃO BITA

Deputados reconheceram necessidade do acesso às informações do Estado

O projeto de lei que oferece aos portadores de deficiência visual o acesso, em todos os órgãos da administração pública do Estado, a computadores que contenham leitor que facilite a obtenção de informações na internet foi aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. A proposta nº 268/2011 é de autoria do deputado licenciado Betinho Gomes (PSDB) e foi relatada pelo deputado Antônio Moraes (PSDB).

A matéria determina que, além dos órgãos da administração pública estadual e municipais, as ferramentas de acessibilidade digital também sejam instaladas em lan houses e cybercafés e nas escolas públicas e privadas que disponibilizam terminais de computadores aos alunos.

A iniciativa também prevê que, para utilização dos equipamentos, é necessário que haja um sistema leitor ou sintetizador de voz que facilite o acesso de qualquer pessoa com deficiência visual às informações da rede mundial de computadores.

Além disso, é necessário que os serviços de informática sempre sejam viabilizados por meio de sistemas e programas abertos, que não restrinjam sua cessão, distribuição, utilização ou alteração.

A presidente da Comissão de Justiça, Raquel Lyra (PSB), destacou a importância do projeto. "Não é justo que os portadores de deficiência visual tenham o atendimento limitado nos órgãos públicos, já que a tecnologia já dispõe de soluções para facilitar essa acessibilidade", frisou.

SÉRIE AGORA É LEI

CARRO RESERVA EM CASO DE FALTA DE PEÇAS

WILLIAMS AGUIAR

Concessionárias de veículos são obrigadas por lei a fornecer carro reserva similar ao do cliente em retenções acima de 15 dias

Pernambucanos proprietários de veículos passaram a contar com mais uma garantia. A Lei nº 15.304, em vigor desde 4 de junho deste ano, obriga as montadoras de veículos, por intermédio de suas concessionárias ou importadoras, a fornecer carro reserva similar ao do cliente em algumas situações como a retenção do automóvel por mais de 15 dias pela falta de peças originais. A legislação teve como base um projeto de autoria do deputado Rodrigo Novaes (PSD).

De acordo com o texto, o benefício também será concedido no caso da impossibilidade da realização do serviço no prazo da garantia contratada. O não cumprimento da lei acarretará em penalidades dispostas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo de outras complementares, aplicáveis de acordo com a legislação em vigor. Entre as punições está o pagamento de multa e a cassação do registro do produto junto ao órgão competente.

Na opinião do autor do projeto, a legislação visa proteger o consumidor pernambucano. "O carro é um importante instrumento de trabalho e a sua falta pode acarretar muitos prejuízos. Por isso, considero a medida justa, uma vez que apenas os proprietários de veículos que estiverem na garantia poderão ser beneficiados", destacou Rodrigo Novaes.

O parlamentar acrescentou que as concessionárias "fazem de tudo para vender carros, mas muitas delas não têm em seu estoque peças para reposição quando se faz necessária alguma substituição". "Essa medida é uma forma de impor a essas empresas que abasteçam seus estoques e melhorem a prestação de serviço ao consumidor", completou o deputado.

Para o diretor comercial da Toyolex Veículos, Marcelo Ferreira, é muito difícil para as empresas disponibilizarem todas as peças em estoque. "A legislação acarretará ônus aos concessionários que serão repassados nos preços dos produtos e serviços diretamente para o consumidor", alertou.

CONCESSIONÁRIAS OBRIGADAS A INFORMAR SOBRE ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Bruna Suianne

WILLIAMS AGUIAR

Lei visa proteger direitos dos consumidores com patologias de caráter irreversível

De autoria do deputado Everaldo Cabral (PP), está em vigor desde julho, a Lei Estadual nº 15.355/2014, que obriga concessionárias de veículos a afixarem cartazes em seus estabelecimentos, informando que consumidores com patologias de caráter irreversível têm direito à isenção de impostos como IPI, ICMS, IOF e IPVA.

O texto foi publicado em 5 de julho e determina que o cartaz deva ser colocado em local de fácil visualização, trazendo a mensagem: "Este estabelecimento respeita e cumpre a lei: O consumidor portador de enfermidades de caráter irreversível tem direito a isenção de impostos e tributos. Solicite informações ao vendedor".

Quem descumprir a lei está sujeito ao pagamento de multas regulamentadas pelo Código de Defesa do Consumidor. A fiscalização fica a cargo dos órgãos públicos.

Segundo o deputado Everaldo Cabral, muitas vezes as leis de isenção de impostos são ignoradas porque as concessionárias não deixam claro de quanto é o desconto que deve ser concedido. "Geralmente os empresários não têm a preocupação de aplicar a lei. Com os cartazes, todo mundo deverá saber dos seus direitos", justificou o parlamentar, acrescentado que esses descontos podem chegar a 30% do valor de tabela do veículo.

O gerente Paulo Aires, da Chevrolet Tambaí, localizada na Imbiribeira, Zona Sul do Recife, disse desconhecer a lei que obriga a afixação do cartaz. "Nós ainda não recebemos nenhum posicionamento da Associação Brasileira de Concessionárias Chevrolet (Abrac) alertando sobre a obrigatoriedade da lei. Por ser muito recente, talvez não tenha sido repassada para o comércio. Agora que sabemos, vamos procurar nos adequar", informou.

Para a estudante Amanda Arruda, 22 anos, portadora de deficiência física, muitos temem que o processo para a compra do automóvel seja demorado e complicado. "Muita gente sabe que possui a isenção, mas fica com medo de enfrentar um procedimento burocrático", observou. Ela também explica que para pedir a dispensa, a pessoa deve solicitar laudo médico emitido pelo Detran e carteira de habilitação com a observação da necessidade ou não da adaptação do carro.

SAIBA MAIS

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é um dos tributos isentos para os portadores de patologias irreversíveis. A garantia de isenção deste imposto está prevista na Lei Federal nº 8.989/1995. A compra dos automóveis poderá ser feita apenas uma vez a cada dois anos, sem limite do número de obtenções, e terá como termo inicial a data de emissão da nota fiscal da aquisição anterior com isenção do IPI. São consideradas como patologias irreversíveis, deficiência física, visual, mental severa ou profunda e autismo. A aquisição pode ser feita diretamente ou por intermédio de representante legal.

GESTÃO DE PESSOAS

ALEPE LANÇA PESQUISA SOBRE TREINAMENTO

A Assembleia Legislativa promoveu, em setembro, o lançamento do Sistema Informatizado de Levantamento das Necessidades de Treinamento dos Servidores da Casa. A pesquisa tem o objetivo de avaliar a necessidade de capacitação dos profissionais.

Para participar do processo, todos os servidores devem responder, até 31 de outubro, um questionário eletrônico disponível no site da instituição, na seção intranet, opção autoavaliação. São cerca de 60 tópicos com sugestões de cursos, para verificar o nível de conhecimento dos funcionários em diferentes áreas.

O primeiro secretário da Alepe, deputado João Fernando Coutinho (PSB), abriu o evento, no auditório da Alepe, destacando que a iniciativa é um passo importante para qualificar e valorizar o trabalho do servidor. "O levantamento irá contribuir para o aperfeiçoamento, desenvolvimento de carreira e desempenho do funcionário", afirmou.

WILLIAMS AGUIAR

1º secretário da Alepe, João Fernando disse que iniciativa valoriza e qualifica o servidor

Claudio Alencar, da Escola do Legislativo de Pernambuco (Elepe), mostrou aos funcionários da Assembleia o funcionamento da ferramenta de pesquisa. A iniciativa é uma parceria entre as Superintendências Geral e de Gestão de Pessoas e a Elepe.

O superintendente-geral da Assembleia, Marcelo Cabral, ressaltou a relevância da iniciativa para melhorar o desempenho do servidor. Na opinião do superintendente de Gestão de Pessoas, Sérgio Coutinho, é fundamental investir na capacitação dos servidores para o desenvolvimento de trabalho competente. De acordo com o superintendente da Elepe, Sebastião Rufino, após o levantamento, será possível oferecer cursos de acordo com a demanda dos departamentos e funcionários.

SÉRIE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

19 DE SETEMBRO - DIA NACIONAL DO TEATRO

Celebrado em 19 de setembro, o Dia Nacional do Teatro exalta o valor das manifestações culturais promovidas pelos diversos segmentos artísticos do País. Além dos gêneros mais conhecidos como a comedia, o drama, o suspense e a tragicomédia; também são apresentados nos teatros espetáculos musicais, óperas e concertos, desde o seu surgimento na Grécia Antiga.

Espalhado por todo o mundo, o teatro ainda serviu, muitas vezes, como palco para discursos e debates políticos em diferentes contextos históricos, como os que ocorreram no Teatro de Santa Isabel durante o século 19.

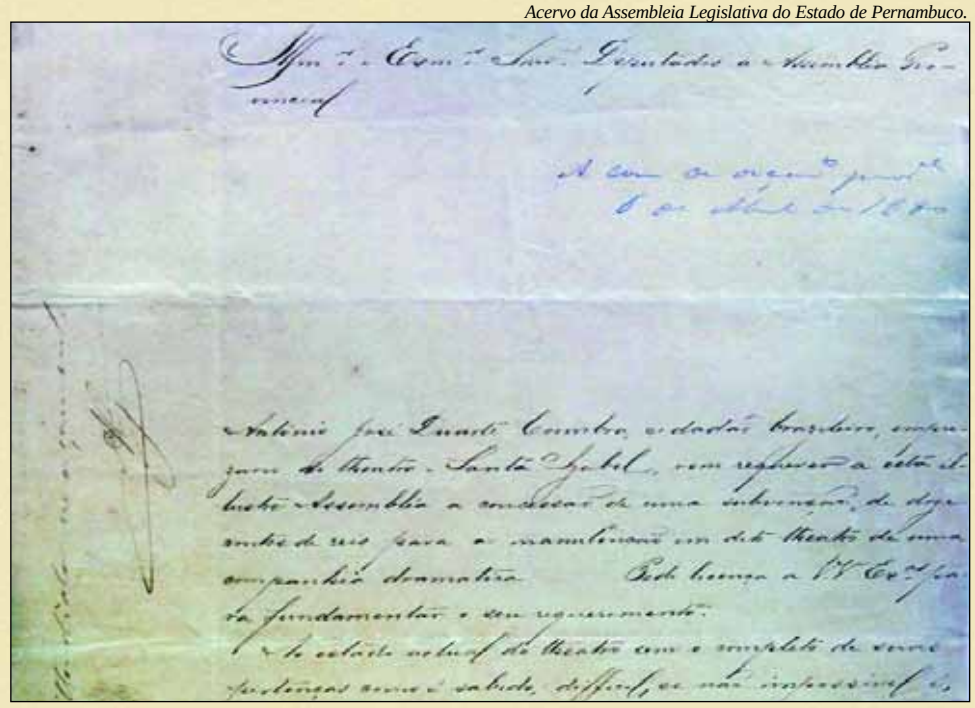
Localizado no centro do Recife, o Santa Isabel, inaugurado em 1850, foi cenário de vários discursos proferidos pelo patrono da Assembleia Legislativa de Pernambuco, Joaquim Nabuco, em causa própria (no período eleitoral) e em defesa da abolição da escravidão (sua principal marca).

Em seus *Diários*, Nabuco relatou algumas de suas passagens pelo teatro. Numa delas, em 1º de novembro de 1884, ele relatou: "Ontem e anteontem fiz reuniões populares com o maior sucesso possível. Anteontem, uma de 4.000 pessoas no Teatro Santa Isabel. Nessa, fiz uma conferência de uma hora. Ontem, falei duas vezes: outra conferência no teatro".

Um dos símbolos do processo de modernização de Pernambuco iniciado pelo então presidente da Província, Francisco do Rego Barros (na ocasião, Barão e, posteriormente, Conde da Boa Vista), nos finais da década de 1830 e início de 1840 —, o Teatro de Santa Isabel foi erguido em estilo neoclássico e, desde então, destacou-se na paisagem urbana da capital da Província. Até os dias de hoje, integra o sítio histórico do Bairro de Santo Antônio.

Entre os documentos existentes no acervo do arquivo geral da Assembleia Legislativa de Pernambuco, encontra-se a Lei nº 74, de 30 de abril de 1839, assinada pelo Barão, que autorizava a construção do Teatro. Há também inúmeras petições, como a de Antônio José Duarte Coimbra (empresário do Teatro de Santa Isabel e proprietário do pequeno Teatro de Santo Antônio), datada de 1880, solicitando subvenção para manutenção do dito teatro e de uma companhia dramática, tendo em vista que, sem o apoio do Governo, alegava "ser impossível a montagem de espetáculos, dramas, comédias e tragédias, conforme exigiam os autores das mesmas, feitas até então com muitos sacrifícios".

Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.



A situação desfavorável do teatro, em virtude de um grave incêndio sofrido em 1869, levou o suplicante a solicitar a referida subvenção, uma vez que a companhia lírica que lá funcionava perdera todos os seus pertences e a mobília havia sido destruída.

Esses e outros documentos relacionados ao Teatro de Santa Isabel e manifestações artísticas em geral ocorridas em Pernambuco podem ser consultados no Arquivo Geral da Alepe.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA - Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Imagem - Petição. Cx. 145P. 06 de abril de 1880. Arquivo Geral.